



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
Contencioso Administrativo Tributário
Conselho de Recursos Tributários
1ª. Câmara de Julgamento

Resolução Nº 462/2003
Sessão: 135ª Ordinária de 09 de julho de 2003.
Processo de Recurso Nº: 1/0311/2001
Auto de Infração Nº: 1/200015632
Recorrente: Célula de Julgamento 1ª Instância
Recorrido: Mendonça Alencar e Cia Ltda.
Relator: Manoel Marcelo Augusto Marques Neto

EMENTA: ICMS — Falta de escrituração no livro Registro de Entradas. *Auto de Infração NULO.* A autoridade lançadora do crédito tributário deixou de observar o comando contido no art. 24, III, da Instrução Normativa nº 33/93, o contribuinte deverá ser notificado para no prazo de 10 (dez) dias sanar a irregularidade detectada, sendo assim, assegurado o princípio da espontaneidade. Recurso Oficial conhecido e não provido. Decisão por Unanimidade de votos.

RELATÓRIO

Consta do *Auto de Infração*, lavrado contra a empresa: *Mendonça Alencar & cia Ltda:*

“Deixar de escriturar no livro próprio para registro de entradas, documento fiscal relativo à operação ou prestação também não lançada na contabilidade do infrator. A empresa acima identificada deixou de lançar em seu livro de entradas de mercadorias as notas fiscais anexas, referentes ao exercício de 1998, no montante de R\$ 20.289,95”.

O autuante indica como dispositivo infringido o artigo 269 e sugere como penalidade à prevista no artigo nº 878, inciso III, alínea “g”, todos do Decreto 24.569/97.

Nas Informações Complementares o autuante ratifica a acusação constante da peça inicial, entretanto, não apresenta documentos que comprovem a acusação.

O autuado, regularmente intimado, impugna o feito fiscal (fls.07 a 13), arguindo preliminares de nulidade e justificativas com relação às notas fiscais nºs 079471, 028283, 087308, 050055, 33065 e 028286.

O processo foi encaminhado ao *Contencioso Administrativo Tributário* e submetido a julgamento. O julgador singular, diante da análise das peças processuais encaminha despacho ao Nexat – Campos Sales, com o objetivo de: “Trazer aos Autos o Termo de Notificação de Baixa bem como, as notas fiscais não escrituradas ou a relação das mesmas”.

Em resposta à solicitação (fls.20), o Diretor do Núcleo de Execução afirma que: “pelo fato do fiscal autuante Vicente de Paula Barroso, matrícula 005804-1-4 está afastado para aposentadoria, bem como acreditamos terem sido extraviados os documentos solicitados no despacho efetuado pela CEJUL”.

Na instância singular, resultou na decisão de **Improcedência** do feito, em virtude do autuante não ter especificado quais os documentos fiscais que não foram lançados no Livro Registro de Entradas de Mercadorias.

O *Parecer* circunstanciado, de lavra do eminente representante da Douta Procuradoria Geral do Estado sugere que o recurso oficial seja conhecido e provido, no sentido de reformar a decisão de 1ª Instância, Improcedência, declarando a NULIDADE da ação fiscal, pela violação ao direito à espontaneidade.

É o relatório



VOTO DO RELATOR

O Agente do Fisco ao executar tarefa de fiscalização atinente ao Projeto Profundidade Baixa – Ordem de Serviço nº 2000.25648, detectou que o contribuinte deixou de lançar em seu livro Registro de Entradas de Mercadorias as notas fiscais anexas, referentes ao exercício de 1998, no montante de R\$ 20.289,95.

Com o intuito de buscar a verdade material, houve por parte do julgador singular, o pedido de realização de diligência com o objetivo de que fosse anexada aos autos: O Termo de Notificação e a documentação que serviu de base para a autuação (notas fiscais).

Declaração do diretor do Nexat - Campos Sales, informa ser impossível fornecer a documentação solicitada, em virtude da aposentadoria do agente do fisco e o possível extravio dos documentos solicitados. (fls. 20).

Data máxima vênua, discordamos do entendimento da respeitável julgadora singular. O autuante não notificou o contribuinte para sanar no prazo de 10 (dez) dias a irregularidade encontrada, além disso, não comprova os fatos que ocorreram e que deram origem ao auto de infração, tornando-se impossível assegurar se o ilícito fiscal apontado na peça inicial de fato ocorreu.

A autoridade lançadora do crédito tributário deixou de observar o comando contido no art. 24, III, da Instrução Normativa nº 33/93, segundo o qual o contribuinte deverá ser notificado para no prazo de 10 (dez) dias sanar a irregularidade detectada, sendo assim, assegurado o princípio da espontaneidade, fator preponderante da ação fiscal de baixa, e que antecede a lavratura do auto de infração.

Art. 24 - Na hipótese de baixa a pedido, o contribuinte fará requerimento nos termos do Anexo VI, formalizando-o conforme o disposto no item 5, § 1º, do art. 19, e o apresentará ao chefe do órgão local, que adotará as seguintes providências:

III - verificada alguma irregularidade, notificará o contribuinte para saná-la no prazo de 10 (dez) dias, respeitado o caráter de espontaneidade previsto na legislação;

Entendemos que a ausência do Termo de Notificação eiva de nulidade o presente processo, nos termos do artigo 53 do decreto 25.468/99, in verbis:

Art. 53. "São absolutamente nulos os atos praticados por autoridade incompetente ou impedida, ou com preterição de quaisquer das garantias processuais constitucionais, devendo a nulidade ser declarada de ofício pela autoridade julgadora".



VOTO

Pelas razões expostas e considerando que a ausência do Termo de Notificação e a falta de provas no presente Auto de Infração são insuficientes para a materialização da infração apontada na inicial pela autoridade competente, é que voto: Conheço do recurso oficial, nego-lhe provimento, para o fim de reformar a decisão de Improcedência proferida pela 1ª Instância, declarando a NULIDADE da ação fiscal, nos termos do Parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.

DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente: **Célula de Julgamento 1ª Instância** e recorrido: **Mendonça Alencar & Cia Ltda.**

RESOLVEM os membros da 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para o fim de reformar a decisão Absolutória proferida pela 1ª Instância, e declarar a NULIDADE processual, nos termos do voto do Conselheiro Relator e parecer da douta Procuradoria Geral do Estado.

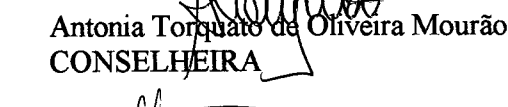
SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 20 de agosto de 2003.


Verônica Gondim Bernardo
PRESIDENTE


Manoel Marcelo A Marques Neto
CONSELHEIRO RELATOR


Cristiano Marcelo Peres
CONSELHEIRO


Fernando Cezar Caminha A Ximenes
CONSELHEIRO

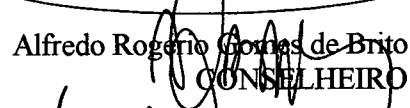

Antonia Torquato de Oliveira Mourão
CONSELHEIRA

PRESENTES:


Mateus Viana Neto
PROCURADOR DO ESTADO


Luiz Carvalho Filho
CONSELHEIRO


Fernando Ailton Lopes Barrocas
CONSELHEIRO


Alfredo Rogério Gomes de Brito
CONSELHEIRO


Vanda Ione de Siqueira Farias
CONSELHEIRA

CONSULTOR TRIBUTÁRIO